



**ESTADO DO MATO GROSSO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

PROVA OBJETIVA

PARA

JUIZ DE DIREITO

Caderno A

2014

 **FMP**

Concursos

Prezado(a) Candidato(a):

Você está recebendo um caderno com a **Prova Objetiva** e uma **Folha de Respostas**. Leia, com a máxima atenção, as instruções abaixo.

Quanto ao **Caderno de Prova**:

O presente caderno contém 100 questões de múltipla escolha.

Confira cuidadosamente o material que lhe foi entregue e verifique se ele está completo e legível. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala outro Caderno de Prova.

Cada questão oferece CINCO opções de resposta, representadas pelas letras **A, B, C, D e E**. Somente uma das opções é correta.

Iniciada a prova, não faça mais perguntas. A interpretação das questões é parte integrante da prova.

Verifique qual é o seu caderno de prova e qual a letra que consta na folha de respostas. Deve haver a letra correspondente. Caso não corresponda, avise o fiscal para que haja a troca do caderno de prova. Caso não o faça, o gabarito não será o correspondente à sua prova e ela será zerada.

Quanto à **Folha de Respostas**:

A Folha de Respostas é personalizada e parte integrante desta prova.

Confira seu nome e número de inscrição. Caso haja alguma incorreção, comunique ao fiscal de sala.

Aponha sua assinatura no local indicado.

Para cada um das questões, preencha, obrigatoriamente, na folha de respostas, somente **uma** das opções (**A, B, C, D ou E**).

O preenchimento correto da Folha de Respostas é da inteira responsabilidade do candidato.

As respostas das questões na Folha de Respostas devem ser totalmente preenchidas, com caneta azul ou preta, suficientemente pressionada e de acordo com o modelo: 

Qualquer assinalação diferente será passível de anulação.

Não serão consideradas as respostas duplas ou em branco.

Não amasse e não dobre a folha de respostas.

Ao término da prova, entregue sua Folha de Respostas ao fiscal da sala.

O tempo de duração da prova é de **CINCO** horas, incluindo a leitura das instruções, a resolução das questões e o preenchimento da Folha de Respostas.

O caderno de questões poderá ser levado APÓS QUATRO HORAS do início das provas (item 7.5.4 do Edital).

Não será permitida a saída da sala de prova antes de transcorrida UMA HORA do início da prova (item 7.5.3 do Edital).

Não é permitido qualquer tipo de consulta nem uso de máquina de calcular, telefone celular, *bip*, relógios digitais, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador ou outros equipamentos similares, bem como protetores auriculares, óculos escuros, bonés, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações ou outros equipamentos eletrônicos.

BOA PROVA!

BLOCO UM:
DIREITO CIVIL

1 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Direito potestativo é a faculdade que o sujeito tem de produzir efeitos jurídicos mediante declaração de vontade, em certos casos integrada por declaração judicial, a ela correspondendo uma situação de sujeição em relação ao outro polo da relação jurídica.
- (B) Em se tratando de norma dispositiva, se não houver manifestação de vontade quanto ao ponto por ela abrangido, essa norma incidirá com caráter cogente.
- (C) A eficácia jurídica manifesta-se por categorias, dentre as quais se destacam, correspectivamente: direito, dever, pretensão, obrigação, ação e exceção.
- (D) O ato jurídico *stricto sensu* diferencia-se do negócio jurídico, porque, embora ambos derivem de ação voluntária humana, os primeiros não são passíveis de modulação de seus efeitos por meio de elementos acidentais, uma vez que as consequências da realização do ato são ditadas por norma cogente.
- (E) Os elementos completantes dos atos jurídicos *lato sensu* pertinem à sua validade, enquanto os complementares nela não interferem.

2 - Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) São causas de anulabilidade dos atos jurídicos, dentre outras, a incapacidade absoluta do agente, a ausência de observação à forma prescrita em lei e a simulação.
- (B) São características dos atos nulos: serem convalidáveis, estarem sujeitos a prazo prescricional e darem ensejo ao surgimento de direito potestativo.
- (C) O sistema geral de invalidade dos negócios jurídicos, previsto no Código Civil em vigor, é aplicável aos atos jurídicos *stricto sensu*.
- (D) A conversibilidade dos negócios jurídicos (art. 170, CC) exige apenas elementos objetivos.
- (E) Apenas a simulação absoluta é causa de nulidade absoluta sob a égide do Código Civil em vigor.

3 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A condição é elemento acidental do negócio jurídico e, não obstante isso, sendo suspensiva, invalidará o ato se for originariamente impossível, uma vez que o priva de todo o efeito.
- (B) A condição resolutiva impossível reputa-se não escrita.
- (C) A letra do Código Civil em vigor leva à nulidade do negócio jurídico que contiver previsão de condições ilícitas, sejam resolutivas ou suspensivas.
- (D) A condição logicamente incompatível com o negócio jurídico gera a nulidade da cláusula condicional, permanecendo hígido o negócio, por ser elemento meramente acidental do negócio jurídico.
- (E) A condição puramente potestativa é considerada ilícita.

4 - Quanto à sucessão de ausentes, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A conversão da sucessão provisória em definitiva permite aos herdeiros o levantamento das garantias de restituição dos bens do ausente prestadas, quando imitidos na posse dos bens.
- (B) A conversão da sucessão provisória em definitiva dá-se, automaticamente, com o decurso do prazo de dez anos do desaparecimento do ausente.
- (C) A sucessão provisória poderá converter-se em definitiva, mediante requerimento, se o ausente conta 80 anos de idade e se por no mínimo, cinco anos, não se registram notícias dele.
- (D) O descendente, o ascendente, o cônjuge ou o companheiro do ausente, dele sucessores provisórios, após imitidos na posse dos bens, no limite do que corresponde aos seus quinhões, terão direito aos frutos e rendimentos de tais bens, ficando dispensados da prestação de contas, diferentemente do que ocorre com os demais herdeiros.
- (E) Para a abertura da sucessão provisória é exigido, se o ausente deixou procuração, o decurso do prazo de três anos, contados da arrecadação dos bens.

5 - Considere as assertivas I, II, III e IV.

- I. O princípio da conservação do negócio jurídico permite, em caso de onerosidade excessiva, sempre que possível, a revisão do contrato e, não, sua resolução.
- II. O adimplemento substancial visa a impedir o uso desequilibrado do direito de resolução contratual pelo credor em prol da preservação da avença.
- III. A mora *ex delicto* opera *ex re*, sendo relevante a liquidez da obrigação.
- IV. A imputação de responsabilidade pelos danos que da evicção resultam é *ex lege*, operando *pleno iure*, podendo, o adquirente, demandá-la, em qualquer caso, mesmo tendo conhecimento de que a coisa era alheia ou se a sabia litigiosa, porque a hasta pública não exclui a garantia.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Todas as assertivas são falsas.
- (B) Apenas as assertivas I e III são falsas.
- (C) Apenas as assertivas II e III são falsas.
- (D) Apenas as assertivas III e IV são falsas.
- (E) Todas as assertivas são verdadeiras.

6 - Acerca da responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público interno (art. 43, CC) e da cláusula geral de responsabilidade civil (art. 927, parágrafo único, CC), considere as assertivas I, II, III e IV.

- I. A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público interno está relacionada, em nosso sistema, à teoria do risco administrativo; já a cláusula geral de responsabilidade objetiva prevista no Código Civil em vigor, está ligada à teoria do risco criado.
- II. A adoção da teoria do risco criado afasta a necessidade de que, do dano, tenha resultado vantagem ou benefício ao causador do dano.
- III. A responsabilidade do Estado (aqui entendidas as pessoas jurídicas de direito público interno) por ato lícito difere da responsabilidade por ato ilícito, porque exige a ocorrência de um dano tido como especial e anormal.
- IV. A teoria do risco administrativo permite pesquisa acerca da culpa da vítima, para o fim de abrandar ou excluir tal responsabilidade.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Todas as assertivas são verdadeiras.
- (B) Apenas as assertivas I, II e III são verdadeiras.
- (C) Apenas as assertivas I, III e IV são verdadeiras.
- (D) Apenas as assertivas I, II e IV são verdadeiras.
- (E) Apenas as assertivas II, III e IV são verdadeiras.

7 - Considere as assertivas I, II, III e IV.

- I. Na disciplina do Código Civil em vigor (art. 931, Código Civil), a responsabilidade pelo fato do produto abrange o comerciante; já no sistema do Código do Consumidor, o comerciante não responde pelo fato do produto (art. 12, CDC).
- II. Embora haja divergência doutrinária a respeito, há posicionamento do STJ no sentido de que se aplica o art. 931, CC, haja ou não relação de consumo.
- III. Defeito do produto e fato do produto são situações distintas tratadas pelo consumidor de modo também distinto.
- IV. Não é admitido, pela doutrina e pela jurisprudência, enquadramento dos riscos de desenvolvimento como causa para responsabilidade civil pelo fato do produto.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Todas as assertivas são falsas.
- (B) Apenas as assertivas II e IV são falsas.
- (C) Apenas a assertiva IV é falsa.
- (D) Apenas as assertivas II e III são falsas.
- (E) Apenas a assertiva II é falsa.

8 – Analise as afirmativas abaixo.

- I - É admitida a modalidade de usucapião especial urbano residencial familiar de imóvel de até 250m², desde que computados dois anos de posse ininterrupta, exclusiva, sem oposição e direta, pelo cônjuge que permanece residindo no imóvel, contra o ex-cônjuge, ou ex-companheiro, que abandonou o lar e com quem dividia a propriedade, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- II - As normas do Código Civil que instituem causas obstativas, suspensivas ou interruptivas dos prazos prescricionais não são aplicáveis à disciplina específica das ações de usucapião.
- III - Para os fins da disciplina da usucapião ordinária, considera-se justo o título hábil, em tese, à transferência do domínio, sendo exemplo o título aquisitivo *a non domino*.
- IV - A boa-fé, dispensável na modalidade de usucapião extraordinária, mas indispensável na modalidade ordinária, é aquela relativa à dimensão psicológica.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas a I e II.
- (B) Apenas a II, III e IV.
- (C) Apenas a III e IV.
- (D) Apenas a I, III e IV.
- (E) Apenas a I, II e III.

9 - Considere as assertivas I, II, III e IV.

- I. A separação judicial não foi suprimida do sistema jurídico com a Emenda Constitucional nº 66/2010, que tratou apenas de extinguir os prazos necessários para sua conversão em divórcio ou para obtenção do divórcio direto.
- II. A dissolução da sociedade conjugal se dá pela separação, enquanto o casamento se dissolve pelo divórcio, não sendo, o casal, obrigado a extinguir o vínculo, podendo optar pela mera dissolução da sociedade conjugal, cujos efeitos são os próprios ao instituto.
- III. O parentesco por afinidade não se extingue, na linha reta ou colateral, até o segundo grau, com a dissolução do casamento.
- IV. No sistema do direito brasileiro, a adoção civil pode ocorrer por escritura pública, sem necessidade de homologação judicial.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Todas as assertivas são verdadeiras.
- (B) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- (C) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
- (D) Apenas as assertivas II e IV são verdadeiras.
- (E) Apenas as assertivas II e III são verdadeiras.

10 - Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A sucessão por morte obedece, quanto aos bens situados no Brasil, à lei brasileira.
- (B) A sucessão por morte obedece à lei de nacionalidade do *de cujus*, mesmo que os bens estejam situados no Brasil.
- (C) A sucessão por morte obedece, quanto aos herdeiros brasileiros, à lei de seu domicílio, desde que lhe seja mais benéfica, desimportando a localização, situação ou natureza dos bens.
- (D) A sucessão por morte obedece à lei do domicílio do *de cujus*, quanto à capacidade de suceder dos herdeiros e legatários.
- (E) Todas as alternativas anteriores estão incorretas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

11 – Quanto ao direito ao contraditório no processo civil, é correto afirmar que:

- (A) esgota-se no direito de informação e no direito de reação a respeito das alegações de fato e das provas produzidas pelas partes.
- (B) também chamado de bilateralidade da instância, é um princípio que tem por titulares e destinatários apenas as partes no processo.
- (C) é o direito de ser informado, de reagir e de influenciar, tendo como titulares e destinatários apenas as partes no processo.
- (D) é o direito de ser informado, de reagir e de influenciar, tendo como titulares as partes e como destinatário o juiz no processo.
- (E) nenhuma das afirmações é totalmente correta.

12 – Quanto à colaboração no processo civil, é correto afirmar que:

- (A) é uma norma que determina que as partes têm o dever de colaborar entre si para o bom andamento do processo e não diz respeito à postura do juiz no processo.
- (B) é uma versão atualizada do princípio dispositivo em sentido material.
- (C) é uma versão atualizada do princípio dispositivo em sentido processual.
- (D) é a versão atualizada do modelo inquisitorial em sentido processual.
- (E) Nenhuma das afirmações é totalmente correta.

13 - Para efeitos de antecipação da tutela no processo civil, é correto afirmar que:

- (A) o juízo de probabilidade requerido para configuração do *fumus boni iuris* é um juízo de probabilidade estatística.
- (B) o juízo de probabilidade requerido para configuração do *fumus boni iuris* é um juízo de normalidade, não tendo necessariamente relação com os fatos alegados no processo pela parte interessada.
- (C) o juízo de probabilidade requerido para configuração do *fumus boni iuris* é um juízo de probabilidade lógica, que deve ser formado a partir das provas disponíveis nos autos a respeito das alegações de fato formuladas pela parte interessada.
- (D) o juízo de probabilidade requerido para configuração do *fumus boni iuris* é um juízo de simples possibilidade, ligado à eventualidade de um determinado acontecimento narrado pela parte interessada no processo.
- (E) nenhuma das afirmações é totalmente correta.

14 - Sobre o dever de fundamentação da sentença, é correto afirmar que:

- (A) que se esgota na indicação, pelo magistrado, dos motivos que levaram ao seu convencimento, independentemente dos fundamentos alegados pelas partes em suas manifestações processuais.
- (B) que constitui uma resposta ao pedido de tutela jurisdicional e a última manifestação do direito ao contraditório, tendo o juiz o dever de enfrentar todos os fundamentos alegados pelas partes, nada obstante não tenha o dever de enfrentar todos os argumentos por elas formulados.
- (C) que é indiferente à validade da sentença, sendo simples motivo de ineficácia relativa a sua ausência na motivação.
- (D) que constitui uma garantia de boa administração da justiça, cujos contornos democráticos, porém, independem da sua conjugação com o direito fundamental à publicidade no processo.
- (E) Nenhuma das afirmações é totalmente correta.

15 - Sobre a tutela específica no processo civil, é correto afirmar que:

- (A) é sinônimo, em todo e qualquer caso, de tutela inibitória.
- (B) pode ser obtida, nas prestações de fazer, mediante técnica executiva atípica.
- (C) é sinônimo, em todo e qualquer caso, de tutela de remoção do ilícito.
- (D) jamais pode ser identificada com a tutela ressarcitória.
- (E) Nenhuma das afirmações é totalmente correta.

16 – Quanto à adequada configuração do direito à tutela inibitória, é correto afirmar que:

- (A) depende da separação conceitual entre ato ilícito e fato danoso.
- (B) liga-se ao binômio condenação – execução forçada.
- (C) dá-se mediante a sua conformação como tutela repressiva específica.
- (D) pressupõe a ocorrência de um dano irreparável ou de difícil reparação.
- (E) nenhuma das afirmações é totalmente correta.

17 - A adoção da repercussão geral, em termos conceituais, depende da configuração do Supremo Tribunal Federal:

- (A) como uma corte de controle das decisões das instâncias ordinárias, nisso residindo a sua nomofilaquia, tendo por função decidir todos os casos a si apresentados.
- (B) como uma corte de interpretação, cuja função é dar unidade ao direito mediante a outorga de sentido a elementos textuais e não textuais da ordem jurídica.
- (C) como uma corte que atua mediante simples cassação das decisões das instâncias ordinárias, sem nenhum papel de revisão.
- (D) como uma corte de jurisprudência, cuja função é declarar o exato significado outorgado pelo legislador à norma.
- (E) Nenhuma das afirmações é totalmente correta.

18 - Na execução por quantia certa, é correto afirmar que:

- (A) a penhora em dinheiro é preferencial, com o que é prioritária a adoção da técnica da penhora eletrônica.
- (B) pode o credor adjudicar o bem penhorado, ainda que por preço vil.
- (C) inexistente espaço para efetivação do direito ao contraditório.
- (D) o usufruto judicial só pode recair sobre bens imóveis.
- (E) Nenhuma das afirmações é totalmente correta.

19 - Sobre o direito probatório no processo civil, é correto afirmar que:

- (A) são inadmissíveis no processo as provas atípicas.
- (B) apenas o autor tem o ônus de alegar e provar.
- (C) a relevância da prova para o esclarecimento dos fatos não tem nada a ver com o direito à sua admissão.
- (D) inexistente, em qualquer hipótese, direito à inversão do ônus da prova.
- (E) Nenhuma das afirmações é totalmente correta.

20 - Quanto ao direito líquido e certo em mandado de segurança, é correto afirmar que:

- (A) é um conceito de direito material e revela o objeto litigioso do processo.
- (B) é um conceito ligado à circunstância de o direito poder ser provado por todos os meios juridicamente admissíveis.
- (C) é um conceito de direito material que, contudo, não constitui o objeto litigioso do processo.
- (D) é um conceito processual, ligado à circunstância de o direito poder ser provado tão-somente mediante prova documental.
- (E) nenhuma das afirmações é totalmente correta.

DIREITO DO CONSUMIDOR

21 - Sobre a relação de consumo, é incorreto afirmar que:

- (A) é fornecedora a pessoa jurídica que, mesmo sendo constituída sem fins lucrativos, oferece produtos e serviços no mercado, mediante remuneração.
- (B) considerando tratar-se o CDC de uma lei de proteção dos vulneráveis, não se considera como fornecedor o prestador de serviço autônomo que não esteja registrado como empresário.
- (C) interpretação majoritária sustenta a equiparação da pessoa jurídica como consumidora apenas quando presente sua vulnerabilidade.
- (D) não constituem seu objeto os serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde, sem remuneração pelo cidadão.
- (E) entes públicos podem ser considerados fornecedores, quando prestem serviços percebidos individualmente e mediante remuneração.

22 - Sobre a responsabilidade do fornecedor por danos causados ao consumidor, é correto afirmar:

- (A) no caso de danos causados por produtos e serviços defeituosos, há solidariedade de toda a cadeia de fornecimento, com exceção do comerciante, que responde subsidiariamente.
- (B) na hipótese de o dano ter sido causado por defeito de informação, há responsabilidade direta do comerciante.
- (C) considerando o direito básico do consumidor à efetiva reparação dos danos sofridos, em nenhum caso será admitida indenização em valor inferior aos dos efetivos prejuízos.
- (D) não serve para afastar sua responsabilidade pela obrigação de indenizar o fato, mesmo causado com a participação de terceiros, cuja ocorrência seja reconhecida como risco inerente à atividade do fornecedor.
- (E) o dever legal de qualidade imputado aos fornecedores compreende a exigência de que ofereçam produtos e serviços isentos de riscos aos consumidores.

23 - Tendo um cartaz, afixado em gôndola no interior de um supermercado, anunciado certo preço do produto ali oferecido, e no momento do pagamento ter sido cobrado do consumidor outro preço em valor superior, é correto afirmar que:

- (A) o consumidor poderá arrepender-se da compra, extinguindo o contrato e restituindo o *status quo ante*.
- (B) considerando a violação da promessa feita no cartaz, trata-se de responsabilidade pré-contratual.
- (C) deve ser considerado o preço anunciado no cartaz, independentemente se inferior ou não ao cobrado no momento do pagamento.
- (D) deve ser considerado, em qualquer caso, o mais favorável ao consumidor, exigindo-se do fornecedor, conforme entendimento jurisprudencial consolidado, a devolução em dobro, do valor do preço.
- (E) deve ser considerado, em qualquer caso, o mais favorável ao consumidor, sem prejuízo do seu direito de resolver o contrato por descumprimento da oferta.

24 - Sobre o exercício dos direitos pelos consumidores, assinale a afirmativa correta.

- (A) No caso de um produto vencido que tenha provocado lesão à saúde do consumidor, este terá o prazo de trinta ou noventa dias para reclamar ao fornecedor, conforme o caso.
- (B) Conforme jurisprudência unânime dos tribunais superiores, o prazo para pretensão de revisar cláusulas abusivas é de até cinco anos da assinatura do contrato.
- (C) Quando exista a contratação de garantia contra vícios, o prazo ajustado fluirá em período distinto da garantia prevista em lei.
- (D) O prazo para interposição de ação indenizatória é de cinco anos, salvo quando as perdas e danos decorrerem de vício do produto ou do serviço.
- (E) Os prazos previstos para este fim no CDC, não admitem suspensão ou interrupção.

25 - Quanto à disciplina da publicidade de consumo, assinale a afirmativa correta.

- (A) Deve atender ao princípio da identificação, cujo conteúdo consiste na exigência de que a identidade do anunciante seja evidenciada ao longo da mensagem publicitária.
- (B) Quando ocorra a descumprimento da oferta publicitária, esta dará causa à responsabilidade do fornecedor que a fez veicular, a qual terá natureza contratual.
- (C) Restringe, qualificando como abusiva, a publicidade direcionada a crianças e adolescentes.
- (D) No caso da veiculação de publicidade ilícita, segundo entendimento majoritário, dá causa à responsabilidade solidária do fornecedor e da agência de publicidade, mas não do veículo de comunicação.
- (E) Observado o disposto no CDC, não admite outras restrições, considerando proteção da liberdade de expressão publicitária que a fundamenta.

26 - Na hipótese de informações sobre o consumidor terem sido inseridas em bancos de dados,

- (A) o direito de retificação de informações equívocas prescreve em cinco dias da data de conhecimento do erro.
- (B) tratando-se de bancos de dados relativos ao comportamento de crédito e adimplemento do consumidor, em nenhum caso podem conter informações sobre eventos ocorridos há mais de cinco anos.
- (C) no caso da inserção de informações equívocas que afetem a credibilidade do consumidor, terá este direito à indenização, respondendo solidariamente o fornecedor que promoveu a inscrição e o gestor do banco de dados.
- (D) tem direito à indenização na hipótese da inclusão de informações sem sua autorização expressa.
- (E) para assegurar seu direito de acesso às informações existentes a seu respeito, poderá o consumidor servir-se do *habeas data*.

27 - A proteção contratual do consumidor no direito brasileiro compreende:

- (A) a vedação legal ao estabelecimento de cláusulas contratuais limitativas de indenização em quaisquer situações.
- (B) a nulidade das cláusulas consideradas abusivas, sempre mediante requerimento do interessado, na hipótese de violação do equilíbrio contratual.
- (C) a proibição, nos contratos de adesão, de cláusula resolutória.
- (D) a integração judicial de lacunas surgidas da nulidade de cláusulas abusivas, visando à manutenção do contrato.
- (E) a proibição, nos contratos de adesão, de cláusula limitativa de direitos do consumidor.

28 - A defesa administrativa do consumidor pelo Estado compreende:

- (A) a atuação direta do Estado na regulamentação e na fiscalização do consumo, por todos os órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.
- (B) as sanções administrativas previstas no CDC que não podem ser aplicadas cumulativamente em respeito ao princípio do *non bis in idem*.
- (C) em nenhum caso a multa aplicada pelo órgão de defesa do consumidor reverterá em favor do consumidor.
- (D) a cassação da concessão de serviço público objeto de relação de consumo pode ser decretada pelo órgão administrativo de defesa do consumidor, sendo desde logo plenamente eficaz.
- (E) no caso de veiculação de publicidade ilícita pelo fornecedor, será cabível exclusivamente a sanção de contrapropaganda.

29 - Sobre as ações coletivas que postulem direitos dos consumidores, é correto afirmar que:

- (A) os sucessores da vítima têm legitimidade para promover a liquidação individual da sentença coletiva.
- (B) não se admite a condenação do autor em litigância de má-fé.
- (C) admitida a denunciação à lide no caso de co-autoria do dano, poderá aquele que pagar optar por exercer a pretensão de regresso nos mesmos autos ou em processo autônomo.
- (D) segundo classificação adotada por lei, a pretensão de nulidade de cláusula abusiva em contrato de consumo celebrado por diversos consumidores com um fornecedor, caracteriza direito individual homogêneo.
- (E) quando não for o autor, a intervenção do Ministério Público será possível apenas com autorização do juiz.

30 - Sobre os deveres e responsabilidade do fornecedor, assinale a afirmativa correta.

- (A) Poderá haver desconsideração da sua personalidade jurídica, atingindo o patrimônio dos sócios para efeito de responder por suas obrigações, desde que demonstrada a ocorrência de desvio de finalidade, admitida a inversão do ônus da prova em caso de hipossuficiência do consumidor ou verossimilhança das alegações.
- (B) O não oferecimento de orçamento prévio exime, em qualquer caso, o consumidor da obrigação de pagamento.
- (C) Há solidariedade do fornecedor no cumprimento da oferta realizada por seus representantes, mesmo que se trate de representação autônoma.
- (D) A obrigação do fabricante de assegurar peças de reposição de seus produtos, quando se trate de produtos importados, não abrange o importador.
- (E) Os efeitos da convenção coletiva de consumo são oponíveis *erga omnes*.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

31 - A partir dos preceitos contidos na Lei n.º 8.069/90 acerca dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, analise as seguintes assertivas.

- I. É assegurado à gestante, como meio de conferir atendimento integral ao nascituro, a prerrogativa de ser obrigatoriamente atendida no parto pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal.
- II. Incumbe ao Poder Público proporcionar assistência psicológica à gestante ou à mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção.
- III. Os estabelecimentos de atendimento à saúde deverão proporcionar condições para a permanência, em tempo integral, de ambos os pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente, garantindo-lhes acomodação em leito privativo.

Qual(is) está(ão) correta(s)?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e II
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

32 - Sobre o procedimento para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, assinale a alternativa correta.

- (A) O procedimento para apuração de ato infracional inicia-se por representação oferecida pelo Ministério Público ou, nos casos análogos aos crimes que se processam mediante ação penal privada, por peça idêntica oferecida pela vítima.
- (B) A representação pressupõe prova pré-constituída da materialidade e indícios seguros da autoria.
- (C) Discordando a autoridade judiciária da promoção de arquivamento ou da remissão concedida pelo representante do Ministério Público, fará a remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça, mediante despacho fundamentado, e este oferecerá representação, designará outro membro da Instituição para apresentá-la ou ratificará o ato que, então, deverá ser homologado.
- (D) Oferecida a representação, a autoridade judiciária determinará a imediata notificação do adolescente para apresentar resposta escrita à acusação, no prazo de dez dias, decidindo, na sequência, sobre o seu recebimento.
- (E) Consoante jurisprudência uniforme do Superior Tribunal de Justiça, não sendo localizado o adolescente para cientificação e notificação, a autoridade judiciária determinará a realização do ato na forma editalícia, suspendendo o processo e o curso da prescrição, tudo com fundamento analógico na regra do artigo 366 do Código de Processo Penal.

33 - Tendo em conta o sistema recursal vigente para os procedimentos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta.

- (A) Nos procedimentos afetos à justiça da infância e da juventude, salvo nos relativos à execução de medidas socioeducativas, adotar-se-á, como regra geral, o sistema recursal do Código de Processo Civil.
- (B) Antes de determinar a remessa dos autos à superior instância, no caso de apelação, ou do instrumento, no caso de agravo, a autoridade judiciária poderá proferir despacho fundamentado, mantendo ou reformando a decisão, no prazo de cinco dias.
- (C) Contra as decisões que definem a expedição de alvará ou a de portaria judicial caberá agravo de instrumento.
- (D) A sentença que deferir a adoção produz efeitos desde logo, embora sujeita à apelação, que será recebida sempre no seu duplo efeito (devolutivo e suspensivo).
- (E) A sentença que destituir ambos ou qualquer dos genitores do poder familiar fica sujeita à apelação, que deverá ser recebida apenas no efeito devolutivo.

34 - Assinale a alternativa INCORRETA com base no que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente sobre as funções do conselho tutelar.

- (A) Compete ao conselho tutelar promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto, representar à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.
- (B) É facultado ao conselho tutelar requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou de adolescente, quando necessário.
- (C) Incumbe ao conselho tutelar providenciar a aplicação de medida de proteção determinada pela autoridade judiciária, desde que o seu destinatário não seja adolescente autor de ato infracional.
- (D) É função institucional do conselho tutelar assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- (E) Deve o conselho tutelar representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, desde que tenham sido esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

35 - Considerando as competências estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente à autoridade judiciária para a expedição de alvarás e de portarias, assinale a alternativa correta.

- (A) A portaria destina-se à concessão de autorização para que criança ou adolescente entre e permaneça, desacompanhado de seus pais ou responsáveis, dentre outros locais, em estúdios cinematográficos, de teatro, de rádio e de televisão.
- (B) O alvará destina-se à disciplina de atividades que envolvam a participação de crianças e adolescentes, dentre elas, em espetáculos públicos e em certames de beleza.
- (C) A expedição de alvará e de portaria, nas situações disciplinadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, deverá ser fundamentada, consoante o caso concreto, podendo conter, se assim comporta a natureza e o porte do evento, determinações de caráter geral.
- (D) Segundo jurisprudência uniforme do Superior Tribunal de Justiça, os programas de televisão têm natureza de espetáculo público, nos termos da regra do artigo 149, inciso II, alínea “a”, da Lei n.º 8.069/90, o que impõe a exigência de alvará judicial para que deles participem crianças e adolescentes.
- (E) A presença dos pais ou responsáveis legais supre a exigência de alvará judicial para a participação de criança e adolescente em certames de beleza.

36 - Diante das regras de competência estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta.

- (A) A regra geral de competência do juiz da infância e da juventude é a da residência habitual da criança ou do adolescente.
- (B) É competente de modo absoluto para a apuração da prática de ato infracional e para a execução da correspondente medida socioeducativa o juízo do local do fato (ação ou omissão).
- (C) Em caso de infração cometida através de transmissão simultânea de rádio ou televisão, que atinja mais de uma comarca, será competente, para aplicação da penalidade, a autoridade judiciária de qualquer uma delas, respeitada a prevenção, tendo a sentença eficácia para todas as transmissoras ou retransmissoras do respectivo Estado.
- (D) A competência da Justiça da Infância e da Juventude para o julgamento de ações de guarda e de tutela pressupõe a existência de situação de risco que legitime a aplicação de medida de proteção (artigo 98 da Lei n.º 8.069/90).
- (E) Compete sempre à Justiça da Infância e da Juventude conhecer de ações de suspensão e de destituição do poder familiar.

37 - Sobre as infrações administrativas às normas de proteção à criança e ao adolescente e o respectivo procedimento para a sua apuração e imposição de penalidade administrativa, analise as seguintes assertivas.

- I. Os valores das multas administrativas aplicadas com fundamento no Estatuto da Criança e do Adolescente devem ser destinados ao fundo gerido pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do respectivo município.
- II. Consoante jurisprudência uniforme do Superior Tribunal de Justiça, a multa prevista pela Lei nº 8.069/90 como sanção às infrações administrativas possui natureza administrativa e, como tal, sua cobrança sujeita-se ao lapso prescricional de cinco anos.
- III. O procedimento para a imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção, sem prejuízo da legitimidade do Ministério Público e do Conselho Tutelar para tanto, poderá ter início por auto de infração elaborado por servidor efetivo ou voluntário credenciado, e assinado por duas testemunhas, se possível.

Qual(is) está(ão) correta(s)?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e II
- (D) Apenas II e III.
- (E) Todas elas.

38 - Diante do regramento contido no Estatuto da Criança e do Adolescente sobre a adoção, assinale a alternativa correta.

- (A) Para a adoção conjunta, é indispensável que os adotantes seja casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família.
- (B) Não podem adotar os ascendentes, os irmãos, o tutor e o curador do adotando.
- (C) A adoção sempre dependerá do consentimento dos pais, salvo quando desconhecidos ou destituídos do poder familiar ou do representante legal do adotando, bem como dele próprio.
- (D) A adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente por prazo nunca inferior a trinta dias.
- (E) O estágio de convivência será dispensado se o adotando já estiver sob a tutela ou mesmo guarda legal ou de fato do adotante durante tempo suficiente para que seja possível avaliar a convivência da constituição do vínculo.

39 - Sobre as medidas socioeducativas, assinale a alternativa correta.

- (A) A imposição de qualquer das medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente em razão da prática de ato infracional pressupõe a existência de provas suficientes da autoria e da materialidade da infração.
- (B) Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.
- (C) O regime de semi-liberdade é subsidiário ao cumprimento da medida em meio fechado, podendo ser aplicado apenas como forma de transição para o meio aberto.
- (D) A medida de internação será aplicada, dentre outras hipóteses, nos casos da prática de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa ou equiparado a crime hediondo.
- (E) A medida de internação não comporta prazo determinado, salvo quando aplicada em razão da reiteração no cometimento de outras infrações, hipótese na qual não poderá ser superior a três meses.

40 - Sobre a aplicação do instituto da prescrição em matéria de atos infracionais e considerando o entendimento jurisprudencial dos Tribunais Superiores acerca do tema, analise as seguintes assertivas.

- I. Consoante firme orientação do Supremo Tribunal Federal, aplica-se ao adolescente infrator a regra do artigo 115 do Código Penal, reduzindo-se por metade por metade do prazo prescricional em função de contar ele com menos de 21 anos ao tempo do fato.
- II. Conforme reiteradamente decidido pelo Superior Tribunal de Justiça, se a sentença não fixou prazo concreto para a medida de internação, a prescrição em concreto continua a ser estabelecida com base na pena máxima cominada no tipo penal respectivo.
- III. O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça divergem acerca das balizas que devem ser consideradas para o estabelecimento da prescrição abstrata dos atos infracionais, entendendo aquele que o parâmetro deve ser sempre o prazo máximo da medida de internação e, este, a pena máxima cominada para o tipo penal.

Qual(is) está(ão) correta(s)?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e II
- (D) Apenas II e III.
- (E) Todas elas.

BLOCO DOIS: DIREITO PENAL

41 -Em matéria de lei penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) O juiz está obrigado a combinar disposições de leis diversas em qualquer caso.
- (B) O juiz está obrigado a combinar disposições de leis diversas, desde que em favor do réu.
- (C) O juiz está obrigado a combinar disposições de leis diversas, em razão de previsão expressa do Código Penal.
- (D) O juiz não está obrigado a combinar disposições de leis diversas, nem mesmo para beneficiar o réu.
- (E) O juiz está obrigado a combinar disposições de leis diversas em atenção ao princípio da integralidade do ordenamento jurídico.

42 - Rosvaldo, doente mental acometido de esquizofrenia, manda sua filha, Georgina, comprar carne no açougue. Voltando a menor para casa com o troco errado, Rosvaldo foi até o açougue para corrigir a transação. O açougueiro, irritado, passou a destratar Rosvaldo, que, para não brigar, saiu de lá. Porém, o irritado açougueiro foi atrás do doente mental, com facão de cortar carne na mão. Este tropeçou e caiu, sendo que Rosvaldo, em sequência, vibrou-lhe um golpe certo com seu canivete, causando a morte do açougueiro. Com base no caso descrito, assinale a alternativa correta. Rosvaldo é considerado

- (A) inimputável, visto que é portador de doença mental.
- (B) imputável, visto que não há nexo da doença mental com o homicídio.
- (C) semi-imputável, ficando sujeito à pena reduzida.
- (D) semi-imputável, ficando sujeito à medida de segurança.
- (E) inimputável, mas agiu acobertado por causa excludente de ilicitude.

43 - Em matéria de erro jurídico-penal, é correto dizer que o erro de tipo essencial

- (A) sempre exclui o dolo.
- (B) sempre exclui o dolo e a culpa.
- (C) sempre exclui a culpabilidade.
- (D) atenua a culpabilidade.
- (E) exclui a culpabilidade, desde que presentes certos requisitos.

44 - O advogado Dr. Fulano, contratado para patrocinar os interesses de determinada pessoa em juízo, não cumpriu o pactuado, apesar do recebimento de parcela do valor dos honorários contratuais. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o advogado pratica

- (A) o crime de apropriação indébita.
- (B) fato atípico.
- (C) o crime de patrocínio infiel.
- (D) o crime de exercício arbitrário.
- (E) o crime de tergiversação.

45 - De acordo com entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

- (A) É admissível a fixação de pena substitutiva (art. 44 do CP) como condição ao regime aberto.
- (B) É admissível a chamada progressão *per saltum* de regime prisional.
- (C) Os condenados por crimes hediondos ou assemelhados, cometidos antes da vigência da Lei nº 11.464/2007, não se sujeitam a disposto no art. 112 da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) para a progressão do regime prisional.
- (D) É cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva.
- (E) Não se admite o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, ainda que haja decisão fundamentada.

46 - De acordo com entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

- (A) A prescrição não é aplicável nas medidas socioeducativas.
- (B) O período de suspensão do prazo prescricional não é regulado pelo máximo da pena cominada.
- (C) É admissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética.
- (D) A reincidência não influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.
- (E) A pronúncia não é causa interruptiva da prescrição, ainda que o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime.

47 - De acordo com entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) A pena unificada para atender ao limite de trinta anos de cumprimento, determinado pelo art. 75 do Código Penal, é considerada, para concessão de outros benefícios, como livramento condicional ou regime mais favorável de execução.
- (B) A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.
- (C) Impede a progressão de regime de execução de pena, fixada em sentença não transitada em julgado, o fato de o réu se encontrar em prisão especial.
- (D) A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir não exige motivação idônea.
- (E) Admite-se a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto for superior a um ano.

48 - Relativamente ao crime de concussão, assinale a afirmativa que constitui entendimento mais recente do Superior Tribunal de Justiça.

- (A) A pessoa que entrega a vantagem indevida responde pelo crime de corrupção ativa.
- (B) Na aplicação da pena-base, o motivo consistente no lucro fácil deve ser considerado para aumentar a pena.
- (C) Na aplicação da pena-base, a culpabilidade será considerada em desfavor do réu, se este for policial.
- (D) A consumação somente ocorre com a entrega da vantagem indevida ao sujeito ativo.
- (E) Não é possível punir o coautor que não seja funcionário público.

PROCESSO PENAL

49 – Se o acusado, citado por hora certa, em procedimento comum ordinário ou sumário, não comparecer ao processo nem constituir advogado para defendê-lo, o juiz

- (A) ordenará citação por edital, para que a citação por hora certa possa completar-se e ser então considerada ato processual juridicamente perfeito.
- (B) considerará o acusado regular e legalmente citado, mas suspenderá o curso do processo e da prescrição, pelo prazo correspondente ao da prescrição do delito narrado na inicial acusatória.
- (C) por estar o acusado citado, nomeará defensor (público ou não) para que este ofereça resposta à acusação (defesa preliminar), por ser esta obrigatória.
- (D) declarará a revelia, nomeará defensor (público ou não) ao acusado, e, na mesma decisão, marcará dia e hora para a audiência de instrução e julgamento.
- (E) nomeará defensor (público ou não) para que este exerça a faculdade de oferecer a resposta prévia e, ato contínuo, ordenará o prosseguimento da ação e do processo.

50 – No sistema do Código de Processo Penal, analise as assertivas abaixo.

- I - A existência, no inquérito de prova controversa sobre a autoria do fato, determina a rejeição da denúncia ou queixa por falta de justa causa.
- II – A falta ou errônea classificação jurídica do fato narrado determina a rejeição da denúncia ou queixa por inépcia.
- III - O reconhecimento, na sentença condenatória, de agravante pressupõe tenha sido esta descrita na denúncia ou queixa ou requerida explicitamente pela parte nos debates orais (ou memoriais).
- IV – A tipicidade da conduta narrada na inicial acusatória é causa para a sua rejeição sob o fundamento de ausência de condição para o exercício da ação penal.
- V – Não há previsão de recurso contra a decisão que rejeitar o pedido de absolvição sumária em processo por crime não doloso contra a vida.

Estão corretas apenas as assertivas

- (A) I e II.
- (B) III e V.
- (C) II e IV.
- (D) III, IV e V.
- (E) IV e V.

51 – No tocante às nulidades, assinale a afirmativa correta.

- (A) O princípio que proíbe ao juiz ou tribunal declarar qualquer nulidade arguida pela parte interessada é absoluto, isto é, não comporta exceções, mesmo quando a declaração puder beneficiar a defesa.
- (B) Apreciando recurso de ofício, o tribunal poderá reconhecer e declarar nulidade absoluta em prejuízo da acusação ou da defesa, ainda que as partes tenham-se conformado com a decisão recorrida.
- (C) O Código de Processo Penal adotou um sistema formalista segundo o qual basta o desrespeito às exigências legais inerentes à forma para que o processo ou o ato processual seja necessariamente anulado.
- (D) A regra que proíbe à parte arguir nulidade a que haja dado causa não se estende à parte que tiver apenas concorrido para com o advento da nulidade.
- (E) Enunciado da Súmula do STF define como absoluta a nulidade tanto por ausência quanto por deficiência de defesa.

52- A Lei nº 9099/95 dispõe que

- (A) é na audiência preliminar, se não houver composição de danos ou transação, o único momento destinado ao exame da admissibilidade ou não da denúncia ou da queixa.
- (B) se o representante do MP recusar-se a oferecer ao autor do fato a proposta de transação ou de suspensão condicional do processo, a proposta poderá ser subsidiariamente apresentada pelo juiz.
- (C) a decisão que homologar a transação e a composição dos danos poderá ser atacada em recurso de apelação a ser apreciado por turma recursal.
- (D) se, na audiência preliminar, não tiver havido possibilidade de tentativa de conciliação e de oferecimento de proposta de transação, o juiz assegurará essa possibilidade no dia e hora designados para a audiência de instrução e julgamento.
- (E) cabe o recurso de embargos declaratórios, no prazo de dois dias, quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida.

53 – Assinale a afirmativa correta.

- (A) O juiz não pode, em nenhuma hipótese, ordenar, na sentença condenatória recorrível, o recolhimento do réu à prisão, em face dos óbices do efeito suspensivo da apelação cabível e do princípio da presunção de inocência que rege a instrução criminal.
- (B) Se o auto de prisão estiver formalmente perfeito, o juiz não poderá conceder ao preso a liberdade provisória.
- (C) É possível o juiz substituir a prisão preventiva pela prisão domiciliar quando o agente for maior de oitenta anos, estiver extremamente debilitado por motivo de doença grave, for imprescindível aos cuidados especiais de menor de seis anos de idade ou com deficiência ou ainda for gestante a partir do sétimo mês de gravidez, inclusive gravidez de alto risco.
- (D) É cabível a prisão temporária nas fases do inquérito e do processo e, independentemente da espécie de delito, terá a duração máxima de cinco dias, prorrogáveis uma única vez, se demonstrada a sua extrema necessidade.
- (E) Não havendo estabelecimento específico, distinto da prisão comum, para o recolhimento do preso especial, este será mantido preso na própria residência.

54 – É correto afirmar que a *mutatio libelli*

- (A) dispensa formalidades, porque tem por fim apenas corrigir erro de classificação jurídica do fato narrado na inicial acusatória.
- (B) pressupõe, entre outras exigências, aditamento do acusador público ou privado, para que, com base na prova recolhida na audiência o juiz possa condenar o acusado por fato conexo ou continente.
- (C) pressupõe, dentre outras exigências constitucionais e legais pertinentes, aditamento oral ou escrito da inicial acusatória, desde que a infração seja de ação pública, para que, com base na prova apurada na instrução, o juiz possa reconhecer na sentença condenatória elemento (elementar) ou circunstância não contida na acusação e assim dar ao fato nova definição jurídica.
- (D) pode ser realizada pelo juiz ou tribunal, independentemente de aditamento, porque o acusado se defende do fato e não do artigo de lei constante da denúncia ou da queixa.
- (E) não pode ser precedida de aditamento oral, porque a oralidade é princípio pertinente apenas ao procedimento sumaríssimo, destinado a apurar infrações de menor potencial ofensivo.

55 – É correto dizer que o Código de Processo Penal

- (A) considera lícita a prova obtida por fonte(s) independente(s) da ilícita, porque entre uma e outra não há nexo de causalidade.
- (B) admite, ao livre critério do juiz, utilização do sistema de videoconferência para a coleta apenas do interrogatório.
- (C) prevê que o juiz que receber a denúncia ou queixa ficará vinculado ao processo e será o componente para a sentença, por causa do comando normativo do princípio da identidade física.
- (D) proíbe que o juiz requirite provas, porque essa iniciativa contraria o modelo acusatório e dá causa à nulidade absoluta do processo.
- (E) confere valor absoluto à delação premiada, se o juiz participar das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração.

CONSTITUCIONAL

56 - Assinale a alternativa correta.

- (A) Todas as leis e atos normativos são presumidos inconstitucionais, até que haja prova em contrário.
- (B) A ação direta de inconstitucionalidade não admite o contraditório.
- (C) É possível a concessão de medida liminar nas ações diretas de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- (D) O controle de constitucionalidade difuso somente é exercido pelos tribunais superiores.
- (E) O cidadão pode propor ação direta de inconstitucionalidade de ato normativo federal que contrarie diretamente a Constituição da República.

57 - Sobre o mandado de injunção, assinale a alternativa correta.

- (A) Refere-se à omissão de regulamentação de norma constitucional, não havendo a possibilidade de que a ação tenha como finalidade compelir o Congresso Nacional a corrigir omissões normativas existentes na Convenção Americana sobre Direitos Humanos de forma a dar concreção ao que prescreve o artigo 25 do Pacto de S. José da Costa Rica.
- (B) Pode ser ajuizado somente por aqueles que detêm a legitimidade ativa para propor a ação direta de inconstitucionalidade.
- (C) Não permite a forma coletiva, em razão da ausência de previsão constitucional expressa.
- (D) É de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal
- (E) Será admitido o mandado de injunção, sempre que houver falta de norma reguladora de uma previsão constitucional, ainda que desta não ocorra inviabilização dos direitos e liberdades constitucionais.

58 - Assinale a alternativa correta.

- (A) Nação é um conceito ligado a um agrupamento humano cujos membros, fixados num território, são ligados por laços culturais, históricos, econômicos e linguísticos.
- (B) Cidadão é a pessoa que se vincula a outra por meio de determinada nacionalidade.
- (C) Adquire-se nacionalidade primária por meio de vontade própria.
- (D) A população está unida ao Estado pelo vínculo jurídico da nacionalidade.
- (E) O povo é o conjunto de pessoas que se une mediante laços culturais.

59 - Assinale a alternativa correta.

- (A) O rol de direitos sociais nos incisos do art. 7º e seguintes é exaustivo.
- (B) É vedada a redução proporcional do salário do trabalhador sob qualquer hipótese.
- (C) É assegurado ao trabalhador o gozo de férias anuais remuneradas com, no mínimo, um terço a mais do que o salário normal.
- (D) A licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, não está constitucionalmente prevista, mas é determinada pela CLT.
- (E) O direito à licença paternidade, sem prejuízo do emprego e do salário, não está constitucionalmente previsto, mas é determinado pela CLT.

60 - A respeito do *habeas corpus*, assinale a alternativa correta.

- (A) Tem como fundamento a existência de qualquer violação de direito fundamental por parte do paciente.
- (B) A competência para o julgamento de *habeas corpus* pode ser determinada, em alguns casos, em razão daquele que figura como paciente.
- (C) É cabível a ordem, sempre que houver limitação da liberdade de locomoção, inclusive nos casos de punições disciplinares militares.
- (D) Em razão da abolição da prisão civil nos casos de depositário infiel por parte da súmula vinculante nº 25, não cabe *habeas corpus* em varas cíveis.
- (E) Se o *habeas corpus* é concedido em momento anterior à violação de liberdade, ele é denominado repressivo.

61 - Assinale a alternativa correta a respeito dos partidos políticos.

- (A) É vedado a eles o recebimento de recursos financeiros por parte de empresas transnacionais.
- (B) É assegurado a eles o acesso gratuito à propaganda no rádio e na televisão, exceto aqueles que não possuam representação no Congresso Nacional.
- (C) Os partidos devem, obrigatoriamente, ter caráter nacional.
- (D) Os partidos devem, após cada campanha, apresentar ao Congresso Nacional a sua prestação de contas para aprovação.
- (E) Em razão de sua importante função institucional, os partidos políticos possuem natureza jurídica de direito público.

62 - A respeito do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) Possui como função a fiscalização do Poder Judiciário e, eminentemente, função jurisdicional.
- (B) Tem competência para julgar magistrados por crime de autoridade.
- (C) Tem como função apreciar a legalidade dos atos administrativos praticados por membros do Poder Judiciário.
- (D) Não possui competência para rever processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano.
- (E) O CNJ pode suspender e fiscalizar decisão concessiva de mandado de segurança.

63 - São princípios gerais da atividade econômica brasileira:

- (A) a propriedade democrática, a soberania nacional e a livre concorrência.
- (B) a defesa do consumidor, a igualdade salarial e a liberdade do consumo.
- (C) a redução das desigualdades regionais e sociais, a propriedade comunitária e a igualdade salarial.
- (D) o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte, a igualdade salarial e a propriedade democrática.
- (E) a defesa do consumidor, a defesa do meio ambiente e a livre concorrência.

DIREITO ELEITORAL

64 - É exigência feita aos cidadãos que pretendem se candidatar a cargos eletivos, demonstrem as seguintes condições de elegibilidade:

- (A) a nacionalidade brasileira, ser alfabetizado e a desincompatibilização de cargo público ou função pública.
- (B) o pleno exercício dos direitos políticos, a filiação partidária e a certidão de quitação eleitoral.
- (C) desincompatibilização de cargo público ou função pública, certidão de quitação eleitoral e declaração de bens do candidato.
- (D) pleno exercício dos direitos políticos, domicílio eleitoral e nacionalidade brasileira.
- (E) a indicação das variações nominais do candidato, idade mínima, certidão de quitação eleitoral.

65 - Quanto ao “quociente eleitoral”, é correto afirmar que:

- (A) se trata da média do número de votos obtidos pelos partidos ou coligações.
- (B) se trata do número mínimo de votos que um partido ou coligação deve obter para ter direito à eleição de seus candidatos.
- (C) é obtido pela divisão do número de votos da circunscrição pelo número de vagas a preencher.
- (D) é obtido pela divisão do número total de votos válidos e votos em branco da circunscrição pelo número de vagas a preencher.
- (E) é expressão sinônima da “quociente partidário”.

66 - Em matéria de propaganda política, havendo previsão de regras de estrita observância no Código Eleitoral, na Lei Eleitoral (nº 9.504/97) e Lei dos Partidos Políticos (nº 9.096/95), nas Resoluções do TSE, bem como na regra geral constitucional de liberdade de manifestação do pensamento, informação e comunicação, é correto dizer que:

- (A) ofensa às regras que impõem condutas ordenadas de propaganda política sempre constitui crime eleitoral.
- (B) a propaganda eleitoral é permitida após a escolha dos candidatos em convenção partidária, conforme previsto no art. 240 do Código Eleitoral.
- (C) a prática de propaganda eleitoral antecipada acarreta a sanção de multa e pode levar ao reconhecimento da conduta ilícita de abuso de poder, dependendo das circunstâncias e gravidade do caso concreto.
- (D) a divulgação de nome e do trabalho e ações desenvolvidos pelo candidato constitui propaganda ilícita.
- (E) no ano eleitoral, nos três meses que antecedem o dia do pleito, serão excepcionais e cumulativamente realizadas as propagandas eleitorais e partidárias.

67 - Tendo-se em conta que a Ação de Investigação Judicial Eleitoral – AIJE – é, a teor do disposto no art. 22 da Lei Complementar nº 64/90, a medida judicial apta a apurar as condutas abusivas eleitorais causadoras de desequilíbrio no curso do período eleitoral, informe qual o termo final para o seu ajuizamento bem como o Juízo competente para tal, levando-se em conta tratar de questão de apuração de ilícito praticado por candidato a Prefeito Municipal.

- (A) dia da eleição e Justiça Eleitoral de 1º grau.
- (B) dia da eleição e Tribunal Regional Eleitoral.
- (C) dia da diplomação e Justiça Eleitoral de 1º grau.
- (D) dia da diplomação e Tribunal Regional Eleitoral.
- (E) 15 dias após a diplomação e Justiça Eleitoral de 1º grau.

68 - Tendo presente que a diplomação dos candidatos eleitos é um ato administrativo oriundo de um órgão jurisdicional, identifique qual é a natureza jurídica do Recurso Contra a Expedição de Diploma – RCED, previsto no art. 262 do Código Eleitoral:

- (A) ação declaratória de nulidade de ato administrativo.
- (B) ação civil mandamental de rito sumário documental.
- (C) recurso eleitoral.
- (D) recurso de apelação.
- (E) ação constitutiva negativa de ato administrativo.

69 - Após o aforamento de representação para a instauração de Ação de Investigação Judicial Eleitoral – AIJE – contra candidato a Prefeito Municipal é apresentada resposta que provoca no autor do pedido inicial a necessidade de postulação de prova pericial consistente em exame grafodocumentoscópico. O Juiz Eleitoral ao designar audiência para a coleta da prova testemunhal lança decisão de indeferimento da prova técnica, fundamentando a negativa no fato de que o pedido deveria ter sido formulado na petição inicial e que não se trata de providência que possa ser postulada na fase de diligências.

À parte autora, irressignada com a referida decisão, cabe a seguinte providência processual:

- (A) interpor recurso de agravo de instrumento no prazo de 10 dias.
- (B) interpor recurso de agravo de instrumento no prazo de 3 dias.
- (C) opor embargos de declaração no prazo de 3 dias.
- (D) interpor recurso eleitoral no prazo de 3 dias.
- (E) impugnar o conteúdo da decisão em recurso eleitoral manejado contra a sentença que julgar a causa.

70 - Em caso de cometimento dos crimes conexos de aliciamento violento de eleitor e homicídio doloso, as regras de competência para o processo judicial determinam que o julgamento seja realizado:

- (A) atentando para a fixação da competência na Justiça Eleitoral por força do art. 364 do Código Eleitoral.
- (B) respeitando a competência da Justiça Eleitoral para o julgamento do crime de aliciamento violento de eleitor e do Tribunal do Júri para o crime de homicídio doloso.
- (C) com a apreciação dos dois delitos pelo Tribunal do Júri, por força da atração de competência pela regra do art. 78, inc. I, do CPP.
- (D) com a possibilidade de facultativa separação dos processos.
- (E) pelo Tribunal do Júri se a prova do cometimento de um delito influir na prova da outra infração.

BLOCO TRÊS:

DIREITO EMPRESARIAL

71 - Quanto ao incapaz, é correto dizer que, se for sócio de sociedade empresária,

- (A) só poderá exercer a administração por meio de seu representante legal.
- (B) esta deverá ter o capital totalmente integralizado.
- (C) esta deverá ter sempre um gerente nomeado com aprovação do juiz.
- (D) a sua participação depende de autorização judicial.
- (E) esta deverá ter sempre a forma de sociedade anônima.

72 - A sociedade simples pode assumir qualquer dos tipos societários, **exceto**:

- (A) o da limitada e o da sociedade anônima.
- (B) o da sociedade limitada.
- (C) o da sociedade anônima por ações ou em comandita por ações.
- (D) o da sociedade limitada, o da anônima e o da empresa individual de responsabilidade limitada.
- (E) o da sociedade limitada e o da empresa individual de responsabilidade limitada.

73 - São órgãos obrigatórios na sociedade anônima fechada:

- (A) Assembleia Geral, Conselho de Administração e Diretoria
- (B) Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal.
- (C) Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.
- (D) Assembleia Geral, Diretoria e Conselho Fiscal.
- (E) Assembleia Geral e Diretoria.

74 - A responsabilidade dos administradores na sociedade limitada:

- (A) é objetiva.
- (B) é subjetiva, mas depende da prova do dolo.
- (C) é subjetiva bastando a culpa.
- (D) é objetiva, mas limitada ao valor do capital integralizado.
- (E) é subjetiva, mas limitada ao valor do capital integralizado.

75 - Quanto ao nome empresarial, é correto dizer:

- (A) a denominação destina-se às sociedades de capital, podendo ser utilizado pela limitada, desde que agregue a expressão “limitada” ao final.
- (B) a denominação destina-se às sociedades de pessoas.
- (C) a firma social pode ser adotada tanto pelas sociedades de capital quanto pelas de pessoas.
- (D) a firma social destina-se à sociedade de capitais, podendo ser utilizada pela limitada, desde que agregue a expressão limitada ao final.
- (E) a denominação pode ser utilizada pelo empresário individual.

76 - Na recuperação judicial, a suspensão do prazo prescricional atinge a todos os credores por 180 dias:

- (A) inclusive os créditos não sujeitos à recuperação.
- (B) exceto o Fisco.
- (C) exceto os créditos decorrentes de contratos de adiantamento de câmbio.
- (D) exceto o Fisco e os créditos trabalhistas.
- (E) exceto os créditos não sujeitos à recuperação.

77 - Quanto à ordem de classificação dos créditos na falência:

- (A) os credores com direito real de garantia preferem aos créditos fiscais.
- (B) os credores com privilégio geral preferem os com privilégio especial.
- (C) os credores trabalhistas preferem aos demais, desde que seu crédito não exceda a 150 salários mínimos.
- (D) os créditos derivados de multas tributárias preferem os credores com garantia real.
- (E) os credores subordinados preferem os quirografários.

DIREITO TRIBUTÁRIO

78 - Os tributos vêm sendo classificados em cinco espécies: impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições (especiais) e empréstimos compulsórios. Considerando as normas constitucionais e características de cada espécie, é correto afirmar que:

- (A) a competência para a instituição de impostos é outorgada forte no critério da base econômica ou materialidade (revelações de riqueza do contribuinte) e não no da finalidade, mas não há impedimento a que o legislador, ao instituir um imposto, vincule o seu produto a determinado órgão ou ao custeio de determinada despesa ou investimento.
- (B) as taxas podem ser instituídas em razão da prestação de serviços específicos e divisíveis ou do exercício do poder de polícia, bem como do uso de bens imóveis, mas não podem ter base de cálculo própria de impostos.
- (C) as taxas são tributos com característica contraprestacional ou comutativa, de modo que o montante cobrado guarde equivalência razoável com o custo da atividade estatal que constitui seu fato gerador.
- (D) a competência para a instituição de contribuições é outorgada segundo o critério da finalidade, exclusivamente, e não segundo o critério da base econômica que é utilizado apenas para os impostos, jamais sendo combinados tais critérios.
- (E) os empréstimos compulsórios caracterizam-se como empréstimos em razão da necessária promessa de restituição, a qual pode se dar em dinheiro ou em outro bem, desde que respeitada a equivalência com o montante recolhido, atualizada monetariamente por índice não inferior ao da inflação.

79 - As imunidades são normas negativas de competência tributária, figurando na constituição, ainda, como limitações constitucionais ao poder de tributar. Sobre as imunidades, é correto afirmar que:

- (A) são identificadas no texto constitucional justamente pelo uso da expressão imunidade, não se podendo considerar como imunidades as vedações ou proibições de tributação referidas pelo texto constitucional como isenção ou não incidência, na medida em que se trata de institutos diversos.
- (B) as imunidades constam em diversos artigos do texto constitucional, e, conforme o dispositivo, dizem respeito a impostos, a contribuições ou mesmo a taxa, não se podendo, onde a imunidade é relativa a impostos, pretender estendê-la a outras espécies tributárias.
- (C) as imunidades tributárias a impostos em favor dos templos e das entidades educacionais sem fins lucrativos são incondicionadas.
- (D) a imunidade recíproca a impostos tem caráter subjetivo, alcançando tão somente os entes políticos e suas autarquias, jamais se podendo estendê-la às empresas públicas e às sociedades de economia mista, para as quais o texto constitucional inclusive veda privilégios fiscais.
- (E) a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é uníssona no sentido de que a imunidade dos livros deve ser interpretada restritivamente, não havendo dissenso quanto a isso, porquanto imunidades são normas de exceção.

80 - O descumprimento de obrigações tributárias, principais ou acessórias, pode implicar, quando a lei prevê, a imposição de multas. Relativamente à legislação relativa a infrações, a sua aplicação e à responsabilidade por infrações, é correto afirmar que:

- (A) as multas podem ser estabelecidas pela legislação tributária em sentido amplo, incluindo os decretos e as instruções normativas, porquanto a elas não se aplica a legalidade tributária estrita ou absoluta relativa à instituição de tributos tão-somente.
- (B) a lei que deixe de definir como infração determinado ato só é aplicável prospectivamente, não tendo aplicação a ato ou fato pretérito, salvo quando tiver caráter interpretativo.
- (C) a responsabilidade por infrações à legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável, de modo que, em matéria tributária, jamais será relevante perquirir da culpa ou da boa-fé do contribuinte, mesmo quando induzido em erro por normas complementares.
- (D) a conversão da obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, em obrigação principal independe de lei que estabeleça multa pela infração, porquanto o CTN, ao estabelecer a conversão, traz norma autoaplicável.
- (E) a responsabilidade por infrações à legislação tributária é excluída pela denúncia espontânea, acompanhada do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, exclusão de responsabilidade essa que não alcança os casos em que o contribuinte, em vez de pagar o tributo, simplesmente requer seu parcelamento.

81 - O crédito tributário é constituído pelo lançamento, sendo certo, ainda, que há outros modos de formalização do crédito tributário admitidos pela jurisprudência e que dispensam o lançamento, como a declaração do contribuinte em que reconhece o débito fiscal. Sobre a matéria, é correto afirmar:

- (A) quando a formalização do crédito acontece mediante declaração do contribuinte, a sua inscrição em dívida ativa só será válida, se acompanhada de notificação do contribuinte para opor alguma causa suspensiva ou extintiva do crédito.
- (B) o lançamento por homologação prescinde de qualquer ato concreto do fisco, porquanto, ocorrendo o pagamento tempestivo por parte do contribuinte, considerar-se-á homologado pelo simples decurso do prazo de cinco anos contados do fato gerador, o que extingue definitivamente o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.
- (C) estão sujeitos a lançamento por declaração todos os tributos relativamente aos quais a legislação imponha ao contribuinte a obrigação acessória de declarar o seu débito.
- (D) o lançamento de ofício sempre poderá ser revisto, quando comprovados dolo, fraude ou simulação, independentemente de prazo, pois não decai o direito à revisão nessas hipóteses.
- (E) o lançamento de ofício sempre estará revestido da forma de auto de infração, de modo que sempre implicará lançamento conjunto de tributo e de multa, invariavelmente.

82 - O Código Tributário Nacional disciplina a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, bem como o direito a certidões de situação fiscal. É correto afirmar que:

- (A) o depósito, integral e em dinheiro, é causa suspensiva da exigibilidade do crédito tributário, podendo ser exigido como condição para a admissão de impugnações e recursos no processo administrativo fiscal, bem como para a admissão de ação anulatória, de modo a que sejam evitadas manobras processuais meramente procrastinatórias reveladoras do abuso do devido processo legal.
- (B) só a liminar em mandado de segurança suspende a exigibilidade do crédito tributário, pois pressupõe relevante fundamento de direito e não apenas verossimilhança, não podendo o contribuinte pretender obter efeito suspensivo por simples liminar em ação cautelar ou mesmo de antecipação de tutela em ação ordinária.
- (C) embora o depósito suspensivo da exigibilidade do crédito tributário só tenha esse efeito quando integral e em dinheiro, a jurisprudência reconhece ao contribuinte o direito à certidão positiva de débitos com efeitos de negativa quando, por ação cautelar de caução, oferece bem idôneo em garantia de futura execução fiscal, caso em que a caução faz as vezes da penhora para tal fim.
- (D) a suspensão da exigibilidade do crédito tributário é a única hipótese autorizadora da expedição de certidão positiva de débitos com efeitos de negativa.
- (E) havendo créditos tributários não vencidos, com exigibilidade suspensa ou garantidos por penhora, tem o contribuinte direito à certidão negativa de débitos.

83 - Há diversos modos de extinção do crédito tributário. Um deles é o pagamento; outro, a compensação. Acerca da compensação em matéria tributária, é correto afirmar que:

- (A) para que o contribuinte possa compensar seus créditos perante o fisco com seus débitos tributários que estejam em aberto, faz-se necessário que a possibilidade de compensação esteja prevista em lei do ente político respectivo, porquanto o CTN não traz fundamento suficiente e auto-aplicável para o exercício da compensação.
- (B) a compensação, em matéria tributária, faz-se nos mesmos termos em que no direito civil, podendo-se invocar como fundamento direto, suficiente e exclusivo, o art. 368 do Código Civil.
- (C) a compensação, em matéria tributária, prescinde da identidade subjetiva entre credor e devedor, de modo que o contribuinte devedor de ICMS pode compensar seu débito com créditos que possua junto a uma autarquia estadual, na medida em que a autarquia é uma *longa manus* do estado, ou seja, a própria Administração descentralizada.
- (D) só se admite a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos vencidos do sujeito passivo contra a Fazenda Pública, não sendo válida a lei ordinária que admita a compensação com créditos vincendos do sujeito passivo contra a Fazenda Pública.
- (E) não se admite que o legislador ordinário estabeleça compensação no regime de lançamento por homologação, porquanto o CTN impõe que as compensações, quando autorizadas por lei, sejam realizadas sempre pela autoridade fiscal, de ofício ou mediante pedido do contribuinte.

84 - A competência tributária não se confunde com a repartição das receitas tributárias. A competência diz respeito à instituição de tributos; a repartição das receitas, à divisão do produto da sua arrecadação. A Constituição Federal, ao dispor sobre a repartição das receitas tributárias, prevê que determinados impostos da competência da União serão repartidos com os Estados e com os Municípios e que determinados impostos estaduais serão repartidos com os Municípios. Sobre a matéria, é correto afirmar que:

- (A) pertence aos Municípios o produto da arrecadação do imposto de renda incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e fundações que instituírem e mantiverem, do que é exemplo o retido no pagamento dos vencimentos dos seus servidores.
- (B) os Estados, embora destinatários do produto da arrecadação do imposto de renda retido na fonte por ocasião do pagamento dos vencimentos dos seus servidores, não são parte legítima para as respectivas eventuais repetições de indébito, na medida em que a fiscalização é realizada pela Receita Federal do Brasil, e a declaração de ajuste também é prestada e fiscalizada por esse órgão da União.
- (C) pertence aos Municípios a totalidade do ITR e do IPVA quando optem, respectivamente, por fiscalizar e cobrar o ITR e por realizar a fiscalização de trânsito.
- (D) pertence aos Municípios em que estão situados os portos e aeroportos de entrada dos produtos estrangeiros 80% da arrecadação do imposto sobre as respectivas importações..
- (E) o produto do IPVA é dividido com o Município em que licenciado o veículo automotor, mas o produto do ICMS pertence exclusivamente aos Estados, não sendo dividido com os Municípios.

DIREITO AMBIENTAL

85 - Assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) O adquirente da propriedade rural cuja reserva legal foi desmatada pelo anterior arrendatário, com a tolerância do então proprietário, não pode ser demandado à recuperação da área.
- (B) O município pode tomar bem imóvel de propriedade da União.
- (C) Mesmo sendo expressão do meio ambiente natural, uma paisagem notável pode ser objeto de tombamento.
- (D) O tombamento provisório gera os mesmos efeitos do definitivo em relação à obrigatoriedade de preservação do bem cultural pelo proprietário.
- (E) O tombamento de bem imóvel pode repercutir no direito de proprietários vizinhos, limitando inclusive a volumetria e a altura de prédios situados no entorno .

86 - Assinale a alternativa incorreta.

- (A) A Constituição Federal, ao acolher a possibilidade de responsabilizar criminalmente pessoa jurídica por crimes ambientais, aderiu à Teoria da Realidade ou Organicista, além de ter obrigado o legislador infraconstitucional a tipificar criminalmente as ações lesivas ao meio ambiente.
- (B) Segundo doutrina e jurisprudência majoritárias, não é possível a responsabilização penal da pessoa jurídica de direito público.
- (C) De acordo com a Lei n. 9605/98, pode haver prática criminosa por mais de um agente, mesmo não havendo nexos psíquico entre os diversos autores do fato.
- (D) Na Lei dos Crimes Ambientais (9.605/98), os critérios para fixação da pena de multa e todas as etapas da dosimetria são iguais aos previstos na Parte Geral do Código Penal.
- (E) Na Lei nº 9.605/98, a composição civil é pré-requisito à transação penal nos crimes de menor potencial ofensivo.

87 – De acordo com a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente:

- I. é possível a cumulação da obrigação de recuperar área degradada com a obrigação de indenizar os danos não passíveis de recuperação “in natura”.
- II. o usuário de água deve pagar pela sua utilização com ou sem fins econômicos.
- III. a obrigação de reparar os danos ambientais é limitada aos danos decorrentes de atividades privadas.
- IV. são instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, dentre outros, o zoneamento ambiental, a avaliação de impactos ambientais e o tarifamento do valor da indenização nos casos de reparação pecuniária decorrente de danos causados a indivíduos arbóreos ou a áreas com metragem delimitada.
- V. o estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais insere-se dentre os objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente.

Assinale a opção CORRETA.

- (A) Apenas I, II, III e IV estão corretas.
- (B) Apenas I, II, III e V estão corretas.
- (C) Apenas I, III, IV e V estão corretas.
- (D) Todas estão corretas.
- (E) Apenas I e V estão corretas.

88 - A Constituição Federal reconhece a fundamentalidade do direito ao meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado. Além disso, protege amplamente direitos e interesses difusos. Nesse aspecto, considere as seguintes assertivas.

- I. É dever do órgão ambiental licenciador exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
- II. Constituem patrimônio cultural brasileiro somente os bens de natureza material tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
- III. A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, sendo vedada sua utilização para qualquer fim econômico.
- IV. Um dos princípios do Sistema Nacional de Cultura é a democratização dos processos decisórios com participação e controle social.
- V. Incumbe ao Poder Público definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas através de lei, decreto ou resolução do CONAMA, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

Assinale a opção CORRETA.

- (A) I, IV e V estão corretas.
- (B) I e IV estão corretas.
- (C) II, III e V estão corretas.
- (D) Todas estão incorretas.
- (E) Todas estão corretas.

89 - Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A sentença penal condenatória por crime ambiental, sempre que possível, fixará o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido ou pelo meio ambiente.
 - II. Com exceção dos crimes contra a administração ambiental, todos os demais crimes contra o meio ambiente são de ação penal pública incondicionada.
 - III. O fim especial de obtenção de vantagem pecuniária, nos delitos ambientais, constitui causa de aumento de pena, quando não constituir ou qualificar o crime.
 - IV. A pena de multa por crime ambiental será calculada com base nos critérios do Código Penal, exceto se, ainda que aplicada em valor máximo, revelar-se ineficaz, caso em que poderá ser aumentada, levando-se em conta a extensão do dano ambiental.
 - V. Nos crimes ambientais, na hipótese de o laudo de constatação comprovar não ter sido completa a reparação do dano, o prazo de suspensão do processo será prorrogado, até o período máximo de trinta anos, com suspensão do prazo da prescrição.
- (A) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
 - (B) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
 - (C) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
 - (D) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
 - (E) Todas as alternativas estão incorretas.

90 - Considere as regras previstas na Lei n. 12.651/12.

- I. As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação nativa são bens de interesse comum a todos os habitantes do país, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações decorrentes da legislação pertinente.
- II. As áreas rurais cujos respectivos possuidores estejam de boa-fé prescindem, independentemente da metragem, de reserva legal.
- III. É considerada atividade de interesse social para os fins de ocupação da área de preservação permanente a implantação de trilhas para o desenvolvimento do ecoturismo.
- IV. A obrigação de recompor a área de preservação permanente tem natureza real e é transmitida ao sucessor no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural.
- V. É permitido o acesso de pessoas e animais às áreas de preservação permanente para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental.

- (A) Todas as alternativas estão incorretas.
- (B) São incorretas as alternativas I e V.
- (C) São corretas as alternativas III e IV.
- (D) São corretas as alternativas I, IV e V.
- (E) São corretas as alternativas I, II e III.

91 - Sobre a repartição de competências em matéria ambiental, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Os municípios podem legislar a respeito da proteção do patrimônio cultural local.
- (B) É competência exclusiva da União legislar sobre responsabilidade civil por dano ao meio ambiente.
- (C) É competência dos Estados o licenciamento de criadouros da fauna silvestre.
- (D) Para fins de licenciamento ambiental, compete aos conselhos estaduais de meio ambiente a definição de atividades potencialmente poluidoras de impacto local, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade.
- (E) A proteção dos sítios arqueológicos compete concorrentemente à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, sendo inadmissível a demissão unilateral do encargo.

92 - Considerando o texto das leis federais 6.938/81 e 12.651/12, analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta.

- I – A servidão ambiental deve ser instituída por instrumento público registrado no Cartório do Registro de Imóveis da circunscrição onde situada a respectiva propriedade rural gravada.
- II - A servidão ambiental não se aplica às áreas de preservação permanente e à reserva legal mínima exigida.
- III – A obrigação de recompor a área de preservação permanente à margem de curso d'água natural perene ou intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, na metragem mínima de trinta metros recai para todo proprietário ou possuidor de imóvel rural, independente da data em que tenha consolidado as intervenções na APP.
- IV – É vedado instituir servidão ambiental perpétua.
- V – Somente após a disponibilização do CAR (Cadastro Ambiental Rural), no caso das intervenções já existentes, fica o proprietário ou possuidor rural responsável pela conservação do solo e da água, por meio de adoção de boas práticas agronômicas.

- (A) Todas as alternativas são corretas.
- (B) Todas as alternativas são incorretas.
- (C) Somente a alternativa III é correta.
- (D) Somente as alternativas I e III são corretas.
- (E) Somente a alternativa II é correta.

DIREITO ADMINISTRATIVO

93 - Em face da formação histórica do Direito Administrativo e do modelo de Estado vigente, é correto afirmar que:

- (A) a noção de coisa julgada nas esferas administrativa e judicial tem a mesma dimensão e conteúdo.
- (B) as decisões proferidas por órgãos públicos de natureza superior não podem ser revistas pelo Poder Judiciário.
- (C) o processo administrativo somente pode ser instaurado mediante provocação do interessado, por representação escrita endereçada ao agente competente para a solução da controvérsia.
- (D) o regime jurídico juspublicista, no todo ou em parte, somente pode ser aplicado às pessoas jurídicas de direito público.
- (E) tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade não contenciosa que exerce e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública.

94 - A Constituição Federal de 1988 trouxe profundas alterações para o Direito Administrativo. Assinale a alternativa que indica uma temática que **NÃO** está contemplada nessa tendência.

- (A) Alargamento da noção do princípio da legalidade.
- (B) Estreitamento da noção do princípio da legalidade.
- (C) Fortalecimento da democracia participativa.
- (D) Processualização do Direito Administrativo.
- (E) Movimento de agencificação.

95 - Tendo em vista o conteúdo jurídico dos poderes administrativos, considere as seguintes assertivas.

I – A pena de demissão aplicada a um servidor público decorre da aplicação do poder hierárquico.

II – A duração razoável do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação não se aplicam aos procedimentos instaurados por ocasião do exercício do poder disciplinar.

III – Constituem expressão do exercício do poder hierárquico dar ordens aos subordinados, controlar a atividade dos órgãos inferiores e delegar atribuições que não lhe sejam privativas.

IV – O poder normativo pode ser definido como o que cabe ao Chefe do Poder Executivo de editar normas complementares à lei, para sua fiel execução.

Estão corretas, apenas:

(A) I, II e III.

(B) II, III e IV.

(C) II e III.

(D) III e IV.

(E) I, III e IV.

96 - O Estado do Mato Grosso pretende duplicar um trecho de cem quilômetros de uma rodovia estadual. Considerando o instituto das licitações e à luz do que estabelecem a Lei nº 8.666/1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, e Lei nº 10.520/2002, que institui a modalidade de licitação denominada Pregão, assinale a opção correta.

(A) O Estado poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

(B) A modalidade de Pregão se mostra a mais adequada para a escolha da proposta mais vantajosa para o interesse do Estado.

(C) Eventuais impugnações ao edital da licitação somente poderão ser formuladas pelas empresas participantes do certame.

(D) Caso o licitante que formular a melhor oferta desatender as exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital.

(E) Eventuais recursos administrativos relativos à habilitação ou inabilitação do licitante não terá efeito suspensivo.

97 - A empresa vencedora da licitação para a prestação de serviço de vigilância para um órgão da Administração Pública Direta do Estado do Mato Grosso, durante a execução do contrato, encaminha requerimento administrativo para majoração dos valores pagos mensalmente em razão da reposição salarial decorrente da convenção coletiva dos seus trabalhadores. Em face do regime jurídico dos contratos administrativos instituído pela Lei nº 8.666/1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, o pedido em questão:

(A) deverá ser acolhido, pois se enquadra na noção de fato do príncipe.

(B) não deverá ser acolhido, pois o contrato administrativo não pode sofrer qualquer espécie de modificação.

(C) não deverá ser acolhido, pois a imutabilidade inerente aos contratos em geral também se aplica aos contratos administrativos.

(D) não deverá ser acolhido, pois o motivo do pedido não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas na referida lei.

(E) deverá ser acolhido, pois a referida lei estabelece que as cláusulas econômico-financeiras dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

98 - Acerca do regime jurídico da improbidade administrativa instituída pela Lei nº 8.429/1992, assinale a opção correta.

(A) Ação judicial possui natureza penal e civil.

(B) As condutas tipificadas como improbidade administrativa devem ser interpretadas de maneira restritiva.

(C) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público está sujeito às cominações da referida lei até o limite do valor da herança.

(D) A aprovação das contas pelo órgão de controle interno veda a aplicação das sanções previstas na referida lei.

(E) O afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função somente poderá ocorrer após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

99 - Considerando o regime jurídico dos serviços públicos previstos na Constituição Federal, e nas Leis nºs 8.987/1995 e 11.079/2004, analise as seguintes assertivas.

I – Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre por licitação, a prestação de serviços públicos.

II – A permissão de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, conforme estabelece a Lei Nº 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.

III – Concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

IV – A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade de concorrência ou pregão, conforme o objeto do contrato.

Estão corretas as assertivas:

(A) I e II, apenas.

(B) I, II e III, apenas.

(C) I, III e IV, apenas.

(D) II, III e IV, apenas.

(E) III e IV, apenas.

100 - Com relação ao controle da Administração Pública, assinale a opção correta.

- (A) No exercício do controle externo, é possível tanto a revogação quanto a invalidação dos atos administrativos.
- (B) No exercício de suas funções, a Administração Pública sujeita-se a controle por parte do Poder Legislativo e Poder Judiciário, além de exercer, ela mesma, o controle sobre os próprios atos.
- (C) O controle exercido pelo Poder Legislativo está restrito às hipóteses previstas na Constituição Federal e somente pode ocorrer no âmbito da Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações Públicas.
- (D) O controle exercido pelo Poder Judiciário deverá ser precedido do esgotamento das vias administrativas.
- (E) O controle exercido pelo Poder Judiciário tanto pode revogar quanto invalidar os atos administrativos; quanto aos efeitos, no primeiro caso, não retroage; no segundo, retroage.